

RESUMO - MODELAGEM DE SISTEMAS

INFRAESTRUTURA DE DADOS ESPACIAIS (IDE): AÇÕES PARA MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE IMÓVEIS DA UNIÃO

Ediana Santos Fiuza Conceição (edianafiuza@gmail.com)

Ismael Fiuza Ramos (ismael.ramos@economia.gov.br)

Raul Magno Never Da Silva (raul.silva@economia.gov.br)

Ina Maria Graia Junqueira (ina.junqueira@economia.gov.br)

Misael Santos Bispo Júnior (misael.junior@economia.gov.br)

Fabíola Andrade Souza (fabiola.souza@economia.gov.br)

Fabiano Peixoto Freiman (fabiano.freiman@economia.gov.br)

Jéssica Carvalho Vianna (jessica.co@economia.gov.br)

A gestão territorial desempenha papel relevante na maximização de benefícios socioeconômicos sustentáveis, sendo baseada em análise de dados geoespaciais que devem ser acessados e compartilhados por equipe multidisciplinar, com o intuito de analisar as nuances da territorialidade. Seu sucesso está relacionado à interoperabilidade da gestão e acesso aos dados, que possibilita intercâmbio de informações e serviços entre colaboradores. Para alcançá-la, a implementação de Infraestrutura de Dados Espaciais (IDE) vem sendo estabelecida e discutida em diferentes perspectivas. O conceito de IDE no decreto federal nº 6.666/2008 trata de “conjunto integrado de tecnologias; políticas; mecanismos e procedimentos de coordenação e monitoramento; padrões e acordos, necessário para facilitar e ordenar a

geração, o armazenamento, o acesso, o compartilhamento, a disseminação e o uso dos dados geoespaciais de origem federal, estadual, distrital e municipal”; assim, no que diz respeito às tecnologias, a interoperabilidade e padronização dos dados são fatores essenciais para disponibilização e acesso destes. Neste contexto, a Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (SPU) tem buscado modernizar seu sistema de gestão dos dados geoespaciais, em maioria, armazenados em repositórios isolados por superintendência estadual em formato analógico (plantas, mapas e cartas cadastrais impressas) ou digital (cartas em Computer Aided Design - CAD). Tal modernização se apoia na construção de uma IDE institucional (IDE-SPU) que segue os preceitos definidos no decreto, dotada de metodologias e ferramentas para aprimorar a gestão dos imóveis da União que é impactada pela magnitude e intensidade de mudanças que afetam seu processo de governança a cada novo ciclo de gestão. A hipótese é que uma IDE pode contribuir para a gestão integrada dos imóveis por meio de arranjos institucionais para melhorar o acesso aos dados e processos de compartilhamento. Entretanto, aprimorar e implementar métodos e ferramentas tecnológicas adequadas à atualização, armazenamento, acesso e análise de diferentes formatos de dados, provenientes de fontes de aquisição e épocas diversas é uma tarefa complexa. Na IDE-SPU, uma dificuldade é a compatibilização da base cartográfica histórica derivada de produtos digitais que não refletem às normas e especificações técnicas para serem disponibilizadas diretamente no Banco de Dados Geográficos (BDG), fator que insere a necessidade de convertê-los e padronizá-los ao Sistema de Informação Geográfica (SIG). A chave para este processo está no emprego de ferramentas que possibilitem a automatização da conversão para minimização de erros e retrabalhos. O método encontrado foi o emprego de ferramentas Extract-Transform-Load (ETL) que possibilitam a extração e o carregamento para o sistema de destino, etapas críticas do processo de alimentação do BDG, uma vez que os dados gerados serão empregados pela própria instituição e disponibilizados a terceiros como oficiais. Apesar de preliminares, os resultados são satisfatórios e as ferramentas ETL permitem o emprego de processos encadeados otimizando a conversão de dados históricos e alimentação do BDG para a interoperabilidade de acesso. A IDE-SPU, quando completamente implementada, permitirá a adequada interpretação e acesso aos dados e seus metadados e, por consequência, uma tomada de decisão assertiva em relação aos imóveis da União e a dinâmica territorial onde estão inseridos.

